

O DISCURSO MERITOCRÁTICO E AS CONDIÇÕES DE ACESSO DAS MULHERES NEGRAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Luísa Fernanda Silva dos Santos
Universidade Federal da Fronteira do Sul
luisafss@hotmail.com

Eixo 07: Meritocracia, Desigualdade Social, Gênero e Raça

RESUMO

A meritocracia é uma expressão que valoriza o esforço do trabalho, se posicionando contra os privilégios hereditários e conforme essa lógica cada indivíduo deve viver de acordo com o seu merecimento, o qual decorre do seu empenho e desempenho individual. Ocorre, porém, que historicamente, o ensino superior é um espaço destinado as classes favorecidas e por muito tempo representou (e talvez ainda represente) uma forma de distinção e hierarquia social, o que explica o aniquilamento de determinados grupos sociais destes espaços. A democratização do acesso à educação superior, especialmente através de políticas públicas tem um papel fundamental para a mobilidade social dos grupos sociais vulneráveis, em especial, as mulheres negras. Mulheres negras ampliaram participação em cursos universitários de prestígio e sua presença tem sido mais expressiva, especialmente a partir da criação de políticas públicas democratizantes. No entanto, apesar do significativo crescimento de mulheres negras na educação superior, na maioria das regiões do Brasil, observa-se que na região sul, as mulheres negras seguem com dificuldades de mobilidade social. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cumulada com a análise de dados dos institutos de pesquisa como o IPEA, IBGE e coleta de dados do PROUNI.

Palavras-chave: Meritocracia. Gênero. Raça.

INTRODUÇÃO

A meritocracia é uma expressão que valoriza o esforço do trabalho, se posicionando contra os privilégios hereditários e conforme essa lógica cada indivíduo deve viver de acordo com o seu merecimento, o qual decorre do seu empenho e desempenho individual. O ideal meritocrático surgiu como uma entusiasmada aposta de combate aos privilégios naturais decorrentes da ordem aristocrática e assim, usufrui hoje de uma estranha fama, haja vista que desconsidera diversos fatores históricos que fazem com que boa parte das pessoas não tenham as mesmas oportunidades e ao mesmo tempo justifica essas desigualdades, tornando o que era para ser uma revolução em uma regra, qual seja, cada um vive de acordo com o que merece. Tanto a aristocracia como a meritocracia defendem que as posições de prestígio devem ser ocupadas pelas pessoas mais capazes, com a diferença que na

primeira, a competência é atestada pelo “berço” e na segunda pela combinação das habilidades e esforços individuais. O principal argumento que sustenta o modelo é de que a organização meritocrática proporciona maior justiça, porque ao invés de promover distinções por razões biológicas, culturais ou econômicas, promoveria as distinções pelo talento e virtudes destacados pelo empenho no trabalho e nos estudos. Historicamente, a educação superior é uma das formas de distinção social, por isso, a democratização ao seu acesso tem um papel fundamental para a mobilidade social dos grupos sociais vulneráveis, em especial, as mulheres negras. A política de cotas tem sido uma das principais ferramentas para inserir pretos, pardos e indígenas dentro dos espaços acadêmicos. A atual realidade representa um avanço significativo, tendo em vista que busca garantir a igualdade de direito e a minimização das desigualdades raciais na educação superior.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização desse trabalho foi utilizada a técnica de pesquisa bibliográfica e documental, por meio da análise de estudos acadêmicos já realizados, doutrinas, livros, artigos científicos, entre outros, de onde extraiu-se que o combate às desigualdades sociais é um grande desafio da atualidade e a sua conexão com os ideais de igualdade e equidade, são caros valores humanos que balizam políticas e batalhas para a construção de uma sociedade melhor.

Em uma sociedade formada por indivíduos desiguais e aqui falamos não apenas das diferenças físicas e biológicas, mas também das desigualdades sociais, não se pode tratar igualmente essas desigualdades, sob pena desta se revelar ainda maior. Sendo assim, para se promover a igualdade é imperioso o olhar específico e cuidadoso sobre as desigualdades.

Sendo assim, nos enganamos se acreditarmos que basta dar a todos direitos iguais, sem, contudo, observar as contingências sociais, culturais, econômicas, visto que, mesmo sendo concedidos direitos iguais, se determinado grupo está em situação de disparidade, recebendo menos oportunidades de estudos e de aquisição de conhecimento, por exemplo, continuarão a receber desigualmente conteúdos e capital cultural, internalizando menos dispositivos (*habitus*) relacionados a ciência e ao saber.

O Direito à educação é parte de um conjunto de direitos chamados de direitos sociais, que têm como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas. No Brasil, a educação fundamental é universalizada, embora os grupos sociais mais favorecidos, tenham como foco a educação privada. No entanto, o sistema de ensino possui importante participação no processo de incorporação de *habitus* e de aquisição de capital cultural, os quais são de grandiosa valia para

ocupação dos espaços sociais pelos sujeitos, especialmente para aqueles não nascidos em famílias de classes sociais privilegiadas e que vivem em condições sociais e econômicas precárias ou menos favorecidas, como uma forma de alcançar cidadania. O acesso das mulheres negras, que historicamente foram segregadas do espaço acadêmico é uma importante conquista, fruto das lutas dos movimentos negros. Porém, não basta apenas políticas públicas de acesso ao ambiente acadêmico, é preciso representatividade de mulheres negras em todos os espaços, especialmente, nos espaços de poder.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As instituições escolares figuram como espaços privilegiados de transmissão de capital cultural, atuando como promotores de diferenciação social (Valle, 2015)

O sistema de ensino brasileiro reproduz as desigualdades sociais especialmente em relação aos grupos sociais menos favorecidos, que acabam sofrendo exclusão de ordem econômica, social e moral, o que revela que estamos bem distantes de uma sociedade verdadeiramente justa.

Mesmo a educação sendo um direito de todos, sabemos que existe uma grande parcela populacional segregada, visto que o acesso ao sistema de ensino não é algo simples e depende de inúmeros fatores, além disso, desde o processo de formação do Brasil, as relações sociais foram constituídas a partir do cunho racial.

A conclusão de um curso superior desempenha um papel importante na mobilidade e ascensão social dos indivíduos, especialmente em uma sociedade em que a discriminação racial é vista diariamente e que sabemos qual o grupo social que permanece com dificuldades de mobilidade. Apesar da expansão do ensino superior em todo o país nas últimas três décadas e da implementação de diversas políticas públicas para diminuir a desigualdade de acesso, a escolha por um curso superior ainda é marcada por profundas distinções.

A contribuição das ações afirmativas raciais e sociais, nas últimas duas décadas, causaram uma grande mudança no cenário universitário no país, dominado, majoritariamente, por pessoas brancas. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA, 2022), os avanços conquistados em busca da igualdade entre homens e mulheres de diferentes raças e etnias resultam, em vários campos, em progressos irregulares, como já indicava a Plataforma de Ação de Pequim em 1995. Nas últimas duas décadas, essa afirmação continua verdadeira para o contexto brasileiro. Ao mesmo tempo em que os anos de estudo de meninas

e mulheres aumentaram, assim como decaíram as taxas de analfabetismo, ainda existem desafios de ordem qualitativa associados à educação, e continuam a ser observadas práticas discriminatórias nas escolas e na oferta e qualidade do ensino tecnológico e científico das meninas.

Segundo dados levantados por Cintia Liara Engel¹, junto ao IBGE/Pnad², a taxa de escolarização entre jovens de 18 a 24 anos, que envolve a formação superior, foi a que menos cresceu nos últimos vinte anos, passando de 27%, em 1995, para 29,9%, em 2013. É maior entre mulheres brancas (36,6%), seguida por homens brancos (31,5%), mulheres negras (28,1%) e homens negros (23,9%). O maior crescimento na porcentagem de escolarizados nessa faixa etária se deu para mulheres e homens brancos, já que eram 30,8% e 27,9%, em 1995, respectivamente. As mulheres negras possuíam a taxa de 26,2% e os homens negros de 22,4%.

A política de cotas, foi uma das principais ferramentas para inserir jovens pretos, pardos e indígenas dentro dos espaços acadêmicos. A Lei nº 12.711/2012 garantiu que 50% do total de vagas nas universidades e institutos federais fossem reservadas para alunos que vieram de escolas públicas. Nesse recorte de 50%, as vagas são também oferecidas para pretos, pardos e indígenas.

E mesmo com a inserção de jovens pretos, pardos e indígenas nos espaços acadêmicos, a realidade ainda está fora do que deveria ser proporcional pensando na população brasileira composta por 54% de pessoas negras.

Mulheres negras ampliaram participação nos dez cursos universitários mais procurados pelo ProUni (Programa Universidade para Todos), que concede bolsas integrais e parciais de estudo em instituições particulares de ensino superior. Ao longo de 14 anos, a presença delas em programas como Pedagogia, Direito e Medicina mais do que dobrou, segundo levantamento inédito feito pela Gênero e Número e Agência Pública.³

Apesar do significativo crescimento de mulheres negras na educação superior, beneficiadas por políticas públicas democratizantes, na maioria das regiões do Brasil, observa-se que na região sul, as mulheres negras seguem com dificuldades de mobilidade social.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB).
- 2 Dados disponíveis em Ipea/ Retrato das desigualdades de gênero e raça
- 3 <https://www.cartacapital.com.br/educacao/mulheres-negras-dobram-participacao-nos-cursos-mais-disputados-do-prouni/#:~:text=Em%202006%2C%20elas%20representavam%2028,esse%20percentual%20cresceu%20para%2038%25.>

Podemos concluir, portanto, que o discurso da meritocracia desconsidera as diferenças existentes e “as assimetrias socialmente impostas”, atribuindo a ascensão social unicamente ao trabalho, esforço e mérito individual, como se todos os indivíduos fossem iguais e tivessem as mesmas condições objetivas para o desenvolvimento das condições de existência.

Considerando que o capital cultural, como um dos requisitos de mobilidade social está intrinsicamente ligado ao acesso à educação, proporcionar o acesso equânime, para que os grupos sociais vulnerabilizados tenham condições de disputa é fundamental papel do estado que o faz através de políticas públicas que democratizem o acesso à educação superior.

Assim, as políticas afirmativa surgem como alternativa viável de reparação e de direito, como forma de reparação histórica aos grupos discriminados e socialmente desvalorizados. Essas políticas buscam garantir a igualdade de oportunidades e assim promover a consolidação de direitos para essas pessoas.

No Brasil, historicamente, o acesso à educação sempre foi precário aos mais pobres como forma de manter o status *quo*, e ainda mais precário para as populações negras, o que perpetuou a dificuldade de acesso para esse grupo social.

O acesso das mulheres negras, que historicamente foram segregadas do espaço acadêmico é uma importante conquista, fruto das lutas dos movimentos negros. Porém, não basta apenas políticas públicas de acesso ao ambiente acadêmico, é preciso representatividade de mulheres negras em todos os espaços, especialmente, nos espaços de poder.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, as minhas ancestrais e a todas as mulheres que se empenham e desempenham papéis fundamentais na transformação social.

REFERÊNCIAS

- GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS; F.; LIMA; M. (orgs.) Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- BRASIL, IBGE. Estatísticas de Gênero - Indicadores Sociais da Mulher no Brasil. Jun/2018. Disponível em: Acesso em 15 jan. 2022.
- HENRIQUES, Cibele da Silva. Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. In: O Social em Questão, vol.20, núm. 37, pp. 153-172, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil, 2017

- BOURDIEU, P.; BOLTANSKI, L. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 127-144.
- DUBET, F. **O tempo das paixões tristes**. São Paulo: Vestígio, 2020.
- MAZZA, M. G.; DE MARI, C. L. Meritocracia: origens do termos e desdobramentos no sistema educacional do Reino Unido. **Pro-Posições**, v. 32, e20190063, 2021.
- NOGUEIRA, M. A. O capital cultural e a produção das desigualdades escolares contemporâneas. *Cadernos de pesquisa*, São Pauli, v. 51, e07468, 2021.
- RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- SOUZA, J. **A ralé brasileira: o que é, como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- BARBOSA, L. **Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- BITTENCOURT, Z. A.; PEREIRA, T. I. A educação superior em contexto emergente: a democratização da universidade brasileira em debate. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 8, e022021, 2021.
- MARQUES, C, G. de M.; SILVA, S. C. da; SOUZA, D. Q. M. de. Meritocracia: conceituação e efetivação em âmbito educativo. **Sala 8**, Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação, v.01, n. 03, p. 09-24, 2022.
- MORIS, C. H. A. A. et al. Distinção e classe social no acesso ao ensino superior brasileiro. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, v. 34, n. 2, p. 69-91, 2022.
- SOUZA, J. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018a.
- _____. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: LeYa, 2018b.
- STANKEVECZ, R. V.; BERTONCINI, V. A meritocracia neoliberal e o desafio de garantir a justiça social. **Rev. CEJUR/TJSC**, Florianópolis (SC), v.9., n.1, e370, p.01-15, janeiro-dezembro, 2021.
- VALLE, I. R. Da meritocracia escolar financiada pela família à meritocracia escolar promovida pelo estado: a igualdade de oportunidades progride a passo. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, 8(15), p. 121-131, 2015.
- VIEIRA, C. M. et al. Reflexões sobre a meritocracia na educação brasileira. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.21, n. esp., p.316-334, jan./jun.2013.
- YOUNG, M. **The rise of the meritocracy**. Bristol: Penguin Books, 1958.